



RELATÓRIO ESG - RESOLUÇÃO 139

Data base 31 de dezembro de 2025

Sumário Executivo

Nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30 de janeiro de 2017 e em atendimento e conformidade com a Resolução BCB nº 139 e Instrução Normativa BCB nº 153, ambas de 15 de setembro de 2021, o conglomerado financeiro do BNY Mellon (“BNY Mellon” ou “Instituição”), composto pelo BNY Mellon Banco S.A e do BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. vem, por meio deste documento, apresentar o conteúdo da tabela GVR que dispõe sobre a sua governança no gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

a) Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático;

e

b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas.

Governança Estratégica e Tática

No âmbito estratégico, o BNY Brasil adota um escopo global denominado “Global ESG” para nortear as ações de governança voltadas ao controle dos riscos social, ambiental e climático. Essa abordagem considera as particularidades de cada região e seu ambiente regulatório, contando com o suporte da Diretoria local do BNY para garantir a adequação das práticas às exigências locais.

Em nível tático, o Diretor de Risco e Compliance é designado como o representante da instituição perante o Banco Central do Brasil (BACEN) para tratar de temas relacionados aos riscos ambiental e climático. Essa definição reforça o compromisso institucional com a conformidade e a gestão responsável desses riscos.

Fórum Permanente e Processos de Deliberação

O BNY mantém um fórum permanente composto por representantes de áreas-chave da organização, incluindo o Diretor designado no BACEN para questões de riscos social, ambiental e climático. Neste fórum, são discutidos tópicos e ocorrências relevantes do mercado, direta ou indiretamente ligados ao tema ESG, com o objetivo de subsidiar decisões corporativas e atender aos requerimentos regulatórios. O Diretor é responsável por encaminhar os assuntos debatidos para a Diretoria do BNY (Legal Entity Board), assegurando alinhamento entre as áreas e a alta liderança da instituição.

Integração dos Riscos e Gestão de Conformidade

A estrutura de gerenciamento de riscos do BNY incorpora os riscos social, ambiental e climático à sua matriz, garantindo que sejam considerados nas análises e decisões de negócios. A gestão de conformidade é realizada por meio de acompanhamento regulatório efetuado pela equipe de Compliance utilizando uma ferramenta digital global. As regulamentações e legislações pertinentes são analisadas e direcionadas internamente para tratamento de eventuais impactos sobre negócios, clientes e fornecedores.

Três Linhas de Defesa

Na governança do Gerenciamento do Risco de Conformidade, o BNY adota o conceito das Três Linhas de Defesa. As regras, políticas, procedimentos e controles internos são desenvolvidos com o princípio de disseminação de que todos são gestores de risco. A estrutura de gerenciamento de riscos é claramente definida, com funções e responsabilidades objetivamente distribuídas entre equipes segregadas e linhas de reporte distintas.

Primeira Linha de Defesa

A Primeira Linha de Defesa abrange gerentes e funcionários das áreas de negócio (Asset Servicing, Operations, Tecnologia) e equipes corporativas (Engenharia, Controles Internos, Finance, RH, etc.). Esses profissionais são responsáveis por executar controles e gerenciar riscos associados às suas atividades, seguindo regras, políticas internas e exigências legais e regulatórias. Uma estrutura de Control Management e Technology Control Management fortalece essa linha, promovendo a autoavaliação dos riscos e a implementação de controles efetivos para mitigar sua ocorrência.

Segunda Linha de Defesa

A Segunda Linha de Defesa é composta pelas áreas de Risk Management, Compliance e Technology Risk Management. Essas áreas são responsáveis por uma estrutura de gerenciamento de risco eficaz em toda a instituição e por supervisionar de forma independente a atuação da Primeira Linha de Defesa.

Terceira Linha de Defesa

A Terceira Linha de Defesa é formada pela Auditoria Interna, que mantém independência das demais linhas, visando avaliar a eficácia da estrutura de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Revisão e Avaliação de Eficiência

Periodicamente, a Segunda e Terceira Linhas de Defesa revisam a eficiência dos processos e atividades do sistema de controles internos. Elas supervisionam a Primeira Linha de Defesa de forma independente e são responsáveis pela estrutura de gerenciamento de risco do BNY. A Auditoria Interna contribui para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando sistematicamente a efetividade dos controles, processos e governança corporativa, visando proteger a instituição e seus clientes dos riscos inerentes às atividades.

Diretoria e Comitê Executivo

A instância máxima de governança do BNY é a Diretoria, composta pelos Diretores Estatutários do BNY no Brasil, que atuam por meio de um comitê executivo. Este comitê se reúne regularmente ao menos uma vez por mês e, quando necessário, de forma extraordinária. As reuniões têm como objetivo discutir assuntos estratégicos e de gestão, funcionando como um fórum de deliberação. As áreas de Operações, Recursos Humanos, Jurídico, Compliance, Risco, Auditoria Interna e Tecnologia apresentam atualizações periódicas conforme a agenda estabelecida, incluindo temas relacionados aos riscos social, ambiental e climático.

c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b).

Estrutura da Administração

A administração do BNY Brasil é conduzida pela Diretoria estatutária, conforme estabelecido pela legislação vigente e pelo Estatuto Social da Instituição. Esse órgão é responsável pela administração e gestão dos negócios sociais, garantindo que todas as decisões estejam alinhadas com os interesses e objetivos institucionais.

Reuniões da Diretoria

A Diretoria do BNY Brasil realiza reuniões ordinárias, ocorrendo ao menos uma vez por mês, com o objetivo de tratar dos principais assuntos de gestão da entidade. Além dessas, reuniões extraordinárias podem ser convocadas sempre que necessário, de acordo com as demandas e os interesses sociais da Instituição.

Organograma e Temas Deliberativos

O organograma da Reunião de Diretoria formaliza e exemplifica os temas que são objeto de avaliação e decisão pelo colegiado. Entre esses temas, destacam-se eventos de risco relevantes que podem impactar a Instituição, abrangendo fatores como o ambiente macroeconômico, condições de mercado, aspectos sociais, ambientais e climáticos, além de mudanças no comportamento de concorrentes e clientes.

Também são objeto de apreciação pela Diretoria as alterações regulatórias e demais potenciais riscos ou questões emergentes que possam gerar impactos significativos no mercado local e, conseqüentemente, nas atividades e operações dos negócios do BNY Brasil.

d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão:

Comitê Executivo e Fluxo de Aprovação

O processo de aprovações ao nível da Diretoria é realizado pelo Comitê Executivo, que é composto pelos Diretores Estatutários do BNY. As decisões e aprovações são tomadas no contexto das reuniões mensais, especialmente durante a apresentação do módulo de Risco e Compliance, onde são discutidas as exposições de riscos. Outros módulos relevantes também podem ser apresentados nesse Comitê, sempre conduzidos pelo Diretor Responsável pela abordagem social, ambiental e climática junto ao BACEN.

Monitoramento e Relatórios Periódicos

Além das reuniões mensais, ocorre também a apresentação trimestral dos resultados referentes ao monitoramento, métricas e limites da RAS. Essa prática garante acompanhamento constante e estruturado das exposições e do desempenho em relação aos critérios de risco definidos pela instituição.

Dos níveis de apetite por riscos da instituição

Determinação Global do Apetite de Risco

O apetite de risco relativo aos temas social, ambiental e climático é estabelecido de maneira global, refletindo uma abordagem centralizada para a gestão desses riscos. Isso garante que as diretrizes e limites sejam uniformes em todas as unidades da Instituição, promovendo a consistência nas operações e nas estratégias de controle.

Baixo Apetite de Risco

A Instituição adota um apetite de risco baixo para questões sociais, ambientais e climáticas. Essa postura cautelosa decorre do potencial impacto negativo que esses riscos podem exercer sobre os objetivos estratégicos, a reputação institucional, as operações comerciais, além da capacidade de atender seus clientes de forma eficiente.

Implicações para as Partes Interessadas

A baixa tolerância a riscos nessas áreas também considera o envolvimento amplo das partes interessadas. Qualquer exposição que possa comprometer a confiança ou a participação dessas partes é tratada com rigor, visando preservar a integridade institucional e o relacionamento com todos os públicos relevantes.

Das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital

Os aspectos relacionados a resultados do gerenciamento do risco social, ambiental e climático, contemplam a abordagem dos documentos regulatórios, estratégias de negócios, avaliação de limites e gerenciamento de riscos e de capital. Estes são avaliados pelo Comitê Executivo. Este Comitê se reúne ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, e tem como um dos objetivos garantir a implementação das mesmas e supervisionar a existência de controles internos chave para o negócio, além de avaliar e decidir, quando necessário, sobre assuntos escalados pelas Três Linhas de Defesa, que fazem parte da governança do BNY, bem como análise e aprovação de assuntos corporativos e regulatórios; riscos relevantes das operações dos serviços prestados, riscos e acompanhamento de litígios, ou qualquer outro assunto que possa impactar as operações do BNY.

Do programa de testes de estresse

O Banco implementa programas estruturados e formais de testes de estresse de liquidez e de capital, os quais são submetidos à aprovação e revisão periódica pela Diretoria e pelos comitês de governança responsáveis. Essa abordagem busca garantir a aderência aos padrões globais estabelecidos pelo Conglomerado BNY.

Os testes de estresse de liquidez têm como objetivo central avaliar a capacidade da instituição de enfrentar cenários adversos plausíveis. Esses cenários envolvem tanto eventos de mercado quanto situações idiossincráticas, projetando impactos ao longo de horizontes de até 12 meses. Ao desenhar e revisar tais cenários, são considerados, sempre que pertinente, fatores relacionados a riscos sociais, ambientais e climáticos, que possam influenciar as condições de financiamento, os fluxos de caixa, a liquidez ou a continuidade operacional da instituição.

Já os testes de estresse de capital são realizados considerando um horizonte prospectivo de médio prazo, avaliando a resiliência do capital regulatório diante de cenários econômicos e financeiros desfavoráveis. Esses exercícios buscam assegurar a manutenção de margens prudenciais acima dos requerimentos mínimos regulatórios e consideram eventos de diversas naturezas – como econômicos, financeiros, operacionais, legais e reputacionais – incluindo, quando aplicável, riscos sociais, ambientais e climáticos e seus potenciais efeitos na situação financeira e no capital da instituição.

Os resultados obtidos a partir dos testes de estresse constituem insumos relevantes para os processos de tomada de decisão, planejamento financeiro e definição de estratégias de mitigação de riscos.

Das políticas para a gestão de continuidade de negócios

Por política corporativa, o BNY estabelece e mantém atualizados Planos de Continuidade do Negócio (PCNs), com o objetivo de identificar, avaliar e priorizar as ações requeridas em casos de contingência. Os PCNs:

- i) São testados periodicamente, com resultados devidamente documentados, mantendo o BNY em conformidade com exigências regulatórias;
- ii) Consideram cenários distintos, descrevendo as respectivas medidas aplicáveis que reduzam a níveis aceitáveis os possíveis impactos no negócio;
- iii) São elaborados para permitir que a operação do BNY se mantenha conforme objetivo e tempo de recuperação previamente definidos;
- iv) Validam as abordagens de contingência definidas para tecnologia, operacional e estratégias de comunicação, essenciais para a continuidade dos negócios;
- v) Descrevem os requisitos para a utilização dos sites alternativos, provendo suporte para as operações classificadas como críticas; e
- vi) Avaliam como mitigar impactos nas funções corporativas consideradas críticas em casos de contingência.

Em complemento, o BNY dispõe de políticas relacionadas aos processos de continuidade de negócios, com orientações corporativas e requisitos estabelecidos, como a definição de pontos focais para o gerenciamento das ações a serem tomadas em caso de contingência.

Como ambiente de infraestrutura para contingência, contamos com um site alternativo, com posições de trabalho disponíveis e configuradas para utilização.

O BNY também aplica medidas para aumentar a capacidade de contingência e autonomia no ambiente como replicação em tempo real dos dados críticos, circuitos e infraestrutura de rede redundante, fontes autônomas para geração de energia, e monitoramento proativo do ambiente. Adicionalmente, as mídias de backup são armazenadas em local dedicado, controlado e com transporte seguro.

Do plano de contingência de liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez define as diretrizes, responsabilidades e procedimentos necessários para administrar situações de estresse de liquidez, tanto decorrentes de eventos internos quanto externos que comprometam a capacidade da instituição de captar recursos em condições normais de mercado.

Este plano contempla diferentes cenários de estresse, incluindo aqueles vinculados a fatores sociais, ambientais, climáticos e reputacionais, quando pertinentes. Dessa forma, são estabelecidas estratégias para enfrentar eventuais déficits de liquidez, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional e o cumprimento das obrigações financeiras da instituição.

A elaboração, revisão e aprovação do Plano de Contingência de Liquidez ficam a cargo da Diretoria e do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), respeitando as práticas de governança estabelecidas e alinhando-se às diretrizes globais do Conglomerado.

Do plano de capital e do plano de contingência de capital

O Plano de Capital e o Plano de Contingência de Capital estabelecem os princípios, estratégias e ações a serem seguidos para assegurar que a instituição mantenha níveis adequados de capital, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse.

No contexto do Plano de Contingência de Capital, são definidos procedimentos específicos para a gestão de potenciais déficits de capital em situações adversas, incluindo a atribuição de responsabilidades, mecanismos de escalonamento e alternativas de mitigação. A elaboração, revisão e aprovação desses planos consideram, quando aplicável, riscos de natureza econômica, operacional, legal, social, ambiental e climática, assim como seus impactos potenciais sobre a adequação de capital da instituição.

Esses planos são submetidos à aprovação da Diretoria e dos comitês de governança competentes, em conformidade com o arcabouço de governança e de gestão de riscos do Conglomerado BNY.

Da política de remuneração

Filosofia e Princípios da Remuneração

A política de remuneração do BNY é fundamentada em uma abordagem competitiva tanto no mercado externo quanto no ambiente interno da empresa. Essa política está diretamente relacionada às contribuições individuais dos colaboradores e ao sucesso geral da organização. O BNY valoriza a contratação, recompensa e retenção dos melhores profissionais disponíveis em cada unidade de atuação, reforçando o compromisso com a excelência e a competitividade.

Critérios para Determinação da Remuneração

O valor da remuneração de cada colaborador é estabelecido com base em múltiplos fatores, garantindo justiça e adequação às funções e responsabilidades desempenhadas. Os principais critérios considerados são:

- **Função do cargo:** Avalia o tipo de trabalho realizado, o grau de responsabilidade financeira, a autoridade de decisão do profissional e o número de funcionários sob sua supervisão.
- **Requisitos de conhecimento:** Considera as habilidades, formação acadêmica e treinamentos necessários para a execução bem-sucedida das atividades atribuídas ao cargo.
- **Experiência:** Analisa tanto a amplitude quanto a profundidade da experiência profissional prévia, reconhecendo o valor da trajetória do colaborador.
- **Mercado de trabalho local:** Observa as práticas salariais de empresas similares na mesma localização global, assegurando que a remuneração esteja alinhada com o mercado.
- **Disponibilidade de talentos:** Examina o número de profissionais qualificados que atendem aos requisitos do cargo, considerando a oferta de mão de obra especializada.
- **Desempenho individual:** Leva em conta o nível de desempenho apresentado pelo colaborador em relação às suas funções, reconhecendo e incentivando a excelência.

Composição da Estrutura de Remuneração

A estrutura de remuneração dos funcionários é cuidadosamente elaborada para garantir uma combinação adequada entre salário fixo e remuneração variável, como incentivos, pagos ao longo do tempo. Essa abordagem busca assegurar que tanto o salário quanto a remuneração variável estejam alinhados com as práticas comerciais e de mercado, proporcionando competitividade e equidade.

- O salário e a remuneração variável seguem padrões consistentes com as práticas comerciais e de mercado, garantindo que a empresa permaneça competitiva e justa no setor.
- O salário base é projetado para ser suficiente, oferecendo segurança e uma base financeira sólida aos funcionários.
- Quando aplicável, a remuneração variável está alinhada às práticas de mercado externo. Isso pode incluir incentivos anuais e/ou de longo prazo, como Unidades de Ações Restritas, conforme apropriado ou exigido por regulamentação local.

Critérios para a Remuneração Variável

Os critérios utilizados para determinar a remuneração variável refletem o desempenho individual, empresarial e corporativo, de acordo com a aplicabilidade. Esses critérios consideram fatores financeiros e não financeiros, avaliando tanto resultados atuais quanto ao longo de períodos prolongados. A compensação variável é planejada para manter um equilíbrio adequado, evitando o incentivo ao excesso de riscos.

Além disso, a remuneração variável está em sintonia com os Pilares e Princípios da empresa, bem como a conformidade com políticas e procedimentos internos. Quando necessário, a compensação variável é ajustada para refletir riscos e o uso do capital.

Governança Corporativa dos Programas de Remuneração

Os programas de remuneração são submetidos a rigorosas e eficazes considerações de governança corporativa. A responsabilidade pelo desenho e supervisão da remuneração executiva é exclusiva dos membros independentes do conselho de administração.

- **Funções-chave de controle**, como a função de risco, têm influência na definição da política de remuneração. Os programas de remuneração dessas funções são estabelecidos de maneira

independente das áreas supervisionadas e baseados principalmente nos objetivos da função de controle.

- As políticas e práticas de remuneração são transparentes e abertas para as partes interessadas aplicáveis, promovendo confiança e responsabilidade.
- Os programas são projetados para cumprir todas as leis e regulamentos pertinentes, garantindo conformidade com as exigências legais.

e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

Estrutura de Monitoramento

O monitoramento de riscos dentro da organização é realizado pelas Três Linhas de Defesa, um modelo que garante a supervisão adequada dos processos e a escalada das informações ao Comitê Executivo quando necessário.

Avaliação de Eventos de Risco Relevantes

São avaliados eventos de risco considerados relevantes para o negócio, abrangendo diferentes aspectos, como:

- Ambiente macroeconômico
- Condições de mercado
- Aspectos sociais, ambientais e climáticos
- Mudanças no comportamento de concorrentes
- Mudanças no comportamento de clientes
- Mudanças regulatórias
- Outros riscos ou questões potenciais que possam surgir

Impactos no Mercado e Atividades Empresarial e Jurídica

A análise desses eventos visa identificar possíveis impactos significativos no mercado local, podendo afetar diretamente as atividades Empresarial e Jurídica da organização.